

**O MOVIMENTO NACIONAL PALESTINO E A LUTA
POR UM ESTADO SOBERANO**

**THE PALESTINIAN NATIONAL MOVEMENT AND THE STRUGGLE
FOR A SOVEREIGN STATE**

Yasmin Mohammed

Pós-Graduando em Estudos Estratégicos Internacionais da
Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS
mhd.yasmin@gmail.com

Recebido em: 06 set. 2014
Aceito em: 23 ou. 2014

RESUMO

A identidade nacional palestina evoluiu no ambiente de domínio colonial. Rapidamente, ativistas políticos palestinos perceberam que a formação de um órgão representativo de união era determinante para a luta pela independência e com ela a batalha crucial para o reconhecimento. O Movimento Nacional pela Libertação da Palestina sofreu impacto negativo devido os jogadores internacionais e regionais, sendo essas interferências um perigo para potente fragmentação. As potências internacionais manipularam inúmeras vezes a legitimidade do movimento, a fim de debilitar as aspirações nacionais. Essa manipulação é mais fácil em tempos de divisão interna, assim, o ônus da preservação da Representação Palestina está diretamente ligado com a falta de responsabilidade estratégica dos palestinos.

Palavras-chave: Palestina, Nacionalismo, OLP, Colonialismo.

ABSTRACT

The Palestinian national identity evolved in the colonial domain environment. Quickly, Palestinian political activists realized that the formation of a representative body of unity was key to the fight for independence and with it the crucial battle for recognition. The National Movement for the Liberation of Palestine suffered negatively impacted international and regional players such interference being a danger to powerful fragmentation. The international powers have manipulated many times the legitimacy of the Palestinian movement, in order to weaken the national aspirations. This manipulation is easier in times of internal thus dividing the burden of preservation of Palestinian representation is directly connected with the lack of strategic responsibility of the Palestinians.

Keywords: Palestine, Nationalism, PLO, Colonialism.

1 INTRODUÇÃO

A Questão Palestina sempre despertou o interesse de intelectuais e organizações, pois a luta entre as potências capitalistas europeias e o Império Turco-Otomano pelo controle desse território ocorreu num período de expansão do capital industrial e financeiro para o chamado “Oriente Médio” e para a Ásia. Expansionismo, militarismo e guerras de conquista são características típicas da fase imperialista do capitalismo, que produziu uma desigualdade entre as nações e impõe uma desigual Divisão Internacional do Trabalho. Longe de promover uma situação homogênea no campo das Relações Internacionais, o processo de internacionalização do capital e do capitalismo tem como resultado a produção de inúmeros conflitos regionais cujo centro da disputa é a definição das fronteiras nacionais, o estabelecimento de novas nações que atendam interesses de nacionalidades oprimidas ou a luta pela independência e soberania. Portanto, diversas lutas nacionais, nacionalistas, anticolonialistas e anti-imperialistas se desenvolvem, surgem e se multiplicam durante os séculos XIX e XX (COSTA, 2008). Após a guerra de independência de Israel em maio de 1948, a extensão territorial da Palestina, conforme o período do mandato britânico estava em parte sob o controle israelense e o restante do território estava sob a administração e regulação de exércitos árabes. Nenhum desses países demonstrava estar de acordo com o estabelecimento de um Estado palestino àquela época, deixando de seguir, portanto, as recomendações da ONU feitas em novembro de 1947 para uma partilha da Palestina em um Estado árabe e outro judeu (STOREY, 2001).

Contudo, a necessidade de se enviar um representante palestino para participar da Assembléia Geral da ONU motivou o Comitê Superior Árabe a acatar a sugestão de se criar uma entidade palestina, previamente apresentada em julho de 1948, pelo Comitê Político da Liga Árabe. Não especificaram que tipo de configuração tal entidade política teria, no entanto, chegou-se a mencionar o termo Estado soberano, em uma conferência do Comitê Superior Árabe. Após algumas reuniões dessa agência, em 1º de outubro daquele ano, foi aprovada a formação de um governo para a Palestina (composto por um primeiro-ministro e ministros) e de um Conselho Nacional (com representantes do povo palestino). Não obstante os governos árabes, com exceção do jordaniano, tenham reconhecido esse governo como a entidade política que cogitavam já a partir da segunda reunião do Conselho da Liga Árabe, o primeiro-ministro do governo palestino não fora mais convidado a participar dos encontros desse Conselho. Além disso, o Egito não permitiu que o governo recém-criado desempenhasse suas funções na Faixa de Gaza, área sob seu controle militar (AL-SHUAIBI, 1979, p. 72).

A discussão em torno do estabelecimento de uma entidade política, como uma das etapas de uma solução para a questão palestina, só retornaria em 1959, durante a 31ª Conferência do Conselho da Liga Árabe. Iniciado pela República Árabe Unida, esse debate sobre a reorganização dos palestinos em uma entidade própria, para reunificá-los como um povo e para que não fossem simplesmente tratados como um conjunto de refugiados, foi acompanhado com interesse particular pelo presidente egípcio Gamal Abd al-Nasser após a ocorrência de dois fatos. Em primeiro lugar, receava que a recente imigração de cerca de três milhões de judeus para Israel fortaleceria este país militarmente, além de motivá-lo a expandir-se territorialmente. Em segundo lugar, um relatório apresentado pelo secretário-geral das Nações Unidas, Dag Hammarskjöld, recomendava a absorção de refugiados palestinos pelos Estados do Oriente Médio. Diante disso, Nasser sugeriu algumas providências, como a formação de instituições que representassem a população palestina com o objetivo de mostrar a existência de um povo com aspirações nacionais.

Uma outra proposta para uma entidade política palestina foi apresentada por Abd al-Karim Qasim em novembro de 1959. Além de sugerir o modelo republicano, esse líder

iraquiano recomendou que seu estabelecimento ocorresse em duas etapas. Primeiramente, a república palestina deveria ser instituída na Faixa de Gaza e na Cisjordânia e posteriormente em toda a histórica Palestina, depois que ocorresse sua total libertação. Ressaltava que os palestinos deveriam se unir e organizar para libertarem por si mesmos sua pátria e definirem as políticas a serem adotadas por seus próprios representantes. Quanto aos países árabes, sugeria Qasim, esses deveriam limitar-se a dar o apoio necessário para garantir aos palestinos uma soberania política e territorial sobre seu Estado. Entretanto, sua proposta de fundação de um Estado palestino em etapas e como um meio de solucionar a questão palestina seria adotada somente 15 anos mais tarde pela Organização para a Libertação da Palestina (GRESH, 1988).

É importante salientar que a ruptura da República Árabe Unida, em 1961, sinalizou aos palestinos que a esperada unidade árabe - como veículo para destruição do Estado de Israel e para a retomada da Palestina - poderia não se concretizar. Diante disso, começam a demonstrar maior interesse na formação de organizações nacionalistas autônomas, a exemplo do Fatah¹, instituído alguns anos antes, em 1959. Além disso, a despeito dessas instituições e várias outras organizações secretas sendo fundadas no Líbano, Kuwait e na Faixa de Gaza, não havia pressão por parte da população palestina sobre os países árabes para a constituição de uma entidade política. As reações da maioria dos palestinos eram de simpatia às iniciativas árabes e, nesse período, exceto pelos fundadores do Fatah, agiam em conformidade com a concepção de unidade no contexto do pan-arabismo² para a libertação da Palestina (SHEMESH, 1996).

Havia, contudo, uma diferença no grau de mobilização da comunidade palestina. Enquanto a elite mostrava-se bastante mobilizada e participativa na busca de uma solução para o problema palestino, o mesmo não se passava com o restante da população. Embora houvesse uma organização de grupos de resistência, no período 1948-1967, sua composição era pequena e sua estrutura simples, em parte devido às dificuldades para recrutamento e às rivalidades e enfrentamentos mútuos (AMOS, 1980, p. 33-35). Seria no período posterior a 1976 que se perceberia um crescente envolvimento de diferentes setores da sociedade palestina, quando grupos e instituições sociais começaram a se organizar mais intensamente para a formação do núcleo de um futuro Estado palestino (TAMARI, 1991, p. 64).

¹ Grupo nacionalista palestino fundado no Kuwait em outubro de 1959 por Yasser Arafat (também conhecido como Abu Amman), Abu Iyad, Faruq Qaddumi e Abu Jihad, entre outros. Seu nome em árabe é Harakat al-Tahrir al-Filastiniya (Movimento Palestino de Libertação) e sua sigla invertida é Fatah, significando "conquista". Seus integrantes propunham a luta armada para a libertação da Palestina pelos palestinos em independência em relação a todos os governos árabes. Liderado por Arafat desde sua fundação, tornou-se a maior e mais forte facção da OLP, passando a defender a concepção de um Estado palestino democrático, secular e plurirreligioso. Ver PASSIA, Dictionary of Palestinian Political Terms, 2004, verbete "Fatah", p. 38-39.

² O Pan-arabismo, ou seja, o movimento de união de todos os países árabes em direção à formação de uma única nação árabe, tem origens no período medieval, ressurgindo em meados do século XIX acompanhado de um renascimento cultural nesse período. Tornou-se uma força política sobretudo a partir da ascensão de Gamal Abd-al Nasser ao poder no Egito, em 1952, que se comprometeu a solucionar o problema palestino a partir da crise entre seu país e Israel em 1956 (GHANEM, 2002, p. 11). Os pan-arabistas rejeitavam a ideia de um Estado palestino independente em toda a histórica Palestina.

2 A ESTRUTURA POLÍTICA E ORGANIZATIVA DA OLP

O impasse sobre a constituição de uma entidade política palestina permaneceu até 1963, em parte devido a atritos e divergências entre os países árabes. A questão da representatividade dos palestinos retornaria somente na 40ª sessão do Conselho da Liga Árabe (CLA), realizada em setembro daquele ano. Nessa direção, deliberou-se que o palestino Ahmad al-Shuqayri, que atuou como diplomata em vários países árabes, fosse indicado representante da Palestina no CLA até que os palestinos pudessem eleger seus representantes. Ou seja, a questão da representatividade passava, naquele momento, a ser tratada separadamente do debate em torno da formação de uma entidade palestina. Para Shuqayri, a organização palestina a ser criada deveria ter uma soberania executiva, mas não territorial sobre a Faixa de Gaza e a Cisjordânia (AL-SHUQEIRI, 1971).

Aprovou-se, ainda, na 40ª sessão do CLA, a iniciativa iraquiana de se constituir um Conselho Nacional Palestino (CNP), que veio a ser instituído em maio de 1964 em Jerusalém, sob a organização de Shuqayri. Composto por 422 pessoas indicadas por esse líder palestino, o CNP recebeu diversas críticas por não representar igualmente todas as classes e categorias sociais e por não ser suficientemente revolucionário e ativista. Em outras palavras, embora esse organismo representasse formalmente os palestinos, sua composição não era uniformemente representativa, além de denotar uma postura distinta do perfil do movimento de resistência palestino. Contudo, registre-se que desde seu estabelecimento o Conselho atuou com uma crescente efetividade como um Poder Legislativo. Essa decisão de Shuqayri para compor o CNP, mediante indicação, foi uma alternativa à oposição da maioria dos países árabes à realização de eleições para a escolha dos integrantes de uma entidade palestina. As objeções à conduta do Conselho eram feitas pela Frente de Libertação da Palestina, pela Frente Revolucionária para Libertação da Palestina, pelo Movimento Palestino de Libertação (Fatah), pelo Bloco de Comandos Palestinos, pela Frente Árabe de Libertação da Palestina e pela Frente Nacionalista de Libertação.

No mesmo mês em que se reuniu o primeiro CNP, fundou-se a OLP sob o comando também de Shuqayri e, pouco depois, na sessão de junho, outras importantes resoluções foram adotadas para a formação de uma infra-estrutura para atender as comunidades palestinas nos campos militar, financeiro, político e administrativo. Shuqayri encarregou-se da formulação de uma Carta Nacional e uma Lei Básica, determinando, por sua vez, que o CNP seria a suprema autoridade no planejamento dos programas da OLP. Isto posto, as resoluções aprovadas no Conselho Nacional tornaram-se referências e um instrumento de legitimação para as políticas a serem implementadas pela OLP. Como observa Muhammad Muslih, essas decisões assumidas no CNP consistem em um “barômetro do real pensamento do movimento palestino” (MUSLIH, 1990, p. 6).

Com a derrota árabe na guerra de 1967, a ocupação de terras por Israel e, conseqüentemente, a perda de bases da milícia palestina, além do êxodo de mais de 300 mil refugiados, representaram um desafio para a resistência armada. Implicaram também algumas mudanças nas relações árabe-palestinas (STOREY, 2001). Por um lado, o apoio à questão palestina deixava de ser tão manipulável pelos regimes árabes como nos anos anteriores. E, por outro lado, o movimento militante palestino, embora enfrentasse dificuldades e sofresse várias baixas nos confrontos com Israel, começava a mostrar uma agenda mais independente em relação aos objetivos dos países árabes.

Em dezembro daquele ano, Shuqayri abdicava ao seu posto após ter renúncia demandada por sete membros do Comitê Executivo da OLP, pelo Fatah, pela Frente Popular para a Libertação da Palestina e pelo Sindicato Geral dos Estudantes Palestinos. A imediata resposta de seu sucessor, Yahya Hammouda, foi de aproximar a OLP dos grupos guerrilheiros e enfatizar a necessidade de unificação da luta armada contra Israel. Os grupos que se recusavam a colaborar com a OLP, como a Frente Popular para a

Libertação da Palestina e o Fatah, acabaram atendendo ao seu chamado por acreditarem que os palestinos agiam sozinhos na resistência à ocupação israelense³. Porém, na avaliação dos países árabes, sobretudo para o Egito e a Jordânia, passava a ser uma preocupação o fato de os líderes do movimento nacionalista palestino começarem a definir suas prioridades e a concentrar sua luta em interesses específicos de seu povo, em vez dos objetivos pan-arábicos (MILLER, 1986, p. 74).

A atuação do Fatah foi importante no fortalecimento institucional da OLP e do próprio movimento nacionalista palestino, contudo, o desenvolvimento de seu pensamento político estava mais associado às comunidades exiladas em outros países do que àquelas da Faixa de Gaza, da Cisjordânia e aos palestinos que permaneceram em Israel. Seu discurso concentrava-se na idéia de retorno, enquanto as comunidades vivendo naqueles territórios e em Israel enfatizavam seu desejo de libertação da histórica Palestina das mãos dos israelenses. Esse posicionamento distinto - entre aqueles da diáspora e os palestinos dos territórios ocupados - constituía um ponto que trouxe divergências entre o Fatah e outros grupos, tornando-se mais nítido com o romper da Intifada, em 1987.

Segundo Meir Litvak (1997), ambas as comunidades palestinas compartilhavam objetivos comuns a longo prazo, mas suas prioridades mais imediatas eram distintas. Nas palavras de Litvak:

The diaspora's main interest was to reverse the consequences of the 1948 war, while the first concern of the interior was to reverse the effects of the 1967 war, even at the cost of postponing a solution to the 1948 problem (LITVAK, 1997, p. 167).

Esse autor caracteriza a relação a partir de 1967, entre a liderança externa (sob o comando da OLP) e os líderes palestinos nos territórios, como de “mútua dependência e desconfiança”. Vale dizer que fatores estruturais dificultaram a emergência de uma liderança independente nos territórios capaz de ameaçar a supremacia da OLP. Em primeiro lugar, Israel deportava quem fizesse oposição ativa a seu governo, em segundo lugar, a região dependia economicamente de agentes externos (LITVAK, 1997, p. 172). As elites palestinas na Cisjordânia e na Faixa de Gaza eram vistas com suspeita pela liderança externa, porque se temia que pudessem abandonar os objetivos nacionalistas dos palestinos para garantirem os interesses da população palestina daqueles territórios.

3 A QUESTÃO PALESTINA E O FIM DA URSS E DO BLOCO SOCIALISTA

O fim da URSS e do chamado “Bloco Socialista” teve um profundo impacto nas relações internacionais e no movimento nacional de resistência palestina. A força da esquerda no interior da OLP advinha também das relações e do apoio que esse setor tinha com o “mundo socialista”, e da intervenção conjunta desses países nos diversos organismos da ONU. Além disso, os palestinos tinham, até 1991, dois grandes aliados de

³ Na 4ª sessão do CNP (julho de 1968), quando o Comitê Executivo da OLP elegeu Hammouda, decidiu-se, também, nomear apenas 100 palestinos para o Conselho Nacional e nessa lista foram incluídos alguns grupos de guerrilha: o Fatah recebeu 38 cadeiras; a Frente Popular para Libertação da Palestina ocuparia dez assentos e outros 20 seriam para o Exército de Libertação Palestino e para as Forças de Libertação Popular. Com o passar dos anos, as sessões do CNP foram ampliando o número dos membros conforme novos grupos iam surgindo e para incluir membros independentes, assim como organizações de massa, originários dos territórios ocupados. Fonte: Journal of Palestine Studies, vol. 16, n. 4, Summer, 1987, p. 150-151: Arab reports and analysis; “The PNC: historical background”.

sua causa no Conselho de Segurança da ONU: URSS e China. As condições eram muito mais favoráveis para aqueles que defendiam a imediata construção do Estado Palestino. Com o argumento de que precisa adquirir maior credibilidade e dar mais uma demonstração de que está disposta a fazer concessões em seu programa original se isso, de fato, for contribuir para o avanço do processo de paz, a OLP altera seu estatuto em 1988, e reconhece o direito do Estado de Israel existir, ao lado de um Estado Palestino, conforme a Resolução 181, de 1947. Ou seja, a OLP reconheceu pela primeira vez a legitimidade do Plano de Partilha da Palestina, antes apresentado pela organização como sendo um instrumento da aliança do sionismo com o imperialismo para ampliar sua influência e exercer a dominação territorial de uma parte estratégica do Oriente Médio. Esta posição da OLP encontrou resistência entre os próprios palestinos, mas as forças que se opuseram a tal mudança de posição se encontravam em situação de minoria, e não conseguiram impedir a vitória dessa proposta, que parte de Yasser Arafat e da direção majoritária de seu partido, o Fatah. Mesmo dentro desse partido surgem posições contrárias as de Arafat, o que prova a necessidade de observar, no estudo do caso palestino, as contradições e conflitos não só entre o Estado de Israel e as organizações árabes-palestinas, mas também entre as próprias organizações da resistência palestina.

Conforme o autor Capel (ano18) diz sobre a geopolítica e a atuação organizacional de um Estado:

Existen normalmente en ellos grandes contradicciones internas. Pueden tener intereses y estrategias diferentes por el hecho de actuar a escalas diferentes (local, regional o estatal) o por representar a grupos sociales, políticos, técnicos o corporativos distintos. Son, en definitiva, organizaciones, y han de ser estudiados como tales. (CAPEL, ano 18, p.19).

Quanto à delimitação fronteiriça, os “acordos de paz” firmados com Israel em 1993/1994 alimentam ilusões e ignoram a natureza expansionista/imperialista deste Estado, que negocia e, ao mesmo tempo, faz crescer o número de colônias sionistas nos territórios palestinos ocupados em 1948 e 1967 (MARTIN). Com esses acordos os palestinos tomam controle de alguns vilarejos de Gaza e a Cisjordânia, mas os resultados pífios dos acordos e o não cumprimento da quase totalidade dos termos dos mesmos por Israel levam a uma nova situação de impasse que coloca em xeque as posições da direção da OLP e da agora chamada Autoridade Palestina (AP). O não cumprimento de diversas cláusulas dos acordos, entre elas a suspensão da construção de novos assentamentos judeus e da demolição de casas palestinas ajudam a diminuir a credibilidade que parcela do povo palestino depositava no Fatah, ainda mais com as constantes denúncias – que muitas vezes são comprovadas – de corrupção de líderes e membros desta organização.

Uma das vozes críticas à direção da OLP e à Autoridade Palestina foi o intelectual palestino Edward Said que afirmava:

Foram os palestinos que cederam. É verdade que conquistaram pequenos ganhos aqui e ali, mas basta olhar o mapa de Gaza e da Cisjordânia, depois visitar aqueles lugares, ler os acordos e ouvir os israelenses e norte-americanos para se ter uma boa ideia do que aconteceu mediante compromissos, acordos desequilibrados e revogação da plena autodeterminação palestina. Tudo isso ocorreu porque a liderança palestina egoisticamente colocou seu próprio interesse, os exagerados esquadrões de guardas de segurança, os monopólios comerciais, a indecente persistência no poder, o despotismo ilegal, a ganância antidemocrática e a crueldade acima do bem geral palestino. Até agora a Autoridade foi conivente com Israel, para deixar a questão dos refugiados no esquecimento (...) (SAID, 2003, p.76)

É nessa conjuntura complexa que ganha projeção como uma alternativa política o partido Hamas. A crise política, ideológica e organizativa dificulta a ascensão da esquerda palestina (FPLP, FDLP, PPP e outros) como força majoritária no movimento de libertação nacional. As denúncias de corrupção e de enriquecimento de muitos dos dirigentes demonstram um processo de degeneração em setores importantes do Fatah. As eleições de 2006 contribuem para acirrar as disputas internas no movimento da resistência palestina, com Hamas vitorioso em Gaza e Fatah na Cisjordânia. A esquerda palestina tem procurado convocar todas as forças progressistas, populares, democráticas e socialistas a se unir num grande movimento nacional de resistência para desencadear novamente uma ofensiva contra as medidas do governo de Israel que visam a acelerar o processo de expropriação de terras do povo palestino, mas parece que todo esse esforço ainda tem sido insuficiente para alterar a correlação de forças dentro e fora da OLP. Quando do ataque militar israelense a Gaza, entre dezembro de 2008 e janeiro de 2009, essa ideia de unidade nacional das forças da resistência palestina adquiriu grande importância, mas até agora existem muitos fatores que ainda impedem que tal proposta volte a ser transformada em realidade. A unidade política e programática mínima, em torno de alguns pontos de consenso amplamente discutidos com o povo palestino, seria fundamental para tentar se desencadear uma nova ofensiva política, popular e de massas contra o Estado de Israel.

4 A DIPLOMACIA PALESTINA NO NOVO SISTEMA INTERNACIONAL

A Questão Palestina está ligada a um complexo regional e a fatores internacionais que o tornam um conflito único. A causa apresentada foi a busca da solução para dois povos do qual se cria o movimento sionista que determina a autodeterminação do povo judeu e à existência de um Estado nacional judaico.

Começando em 1993, ou seja, após a assinatura da Declaração de Princípios, o Sistema político palestino passou por muitas mudanças e turbulências, muitos dos quais minaram a sua própria força e viabilidade. Com a criação da Autoridade Nacional da Palestina no Território Palestino Ocupado, as deficiências da conduta oficial palestina criou um espaço crescente entre a liderança e o público em geral. O compromisso total de impulso na governação do dia-a-dia, além de corrupção, má gestão e da falta de progresso no caminho da paz órgão representativo palestino torna-se alienado [OLP] e desviou a atenção para a recente autoridade nacional.

Em 1996, o Conselho Nacional Palestino adotou uma resolução para alterar a carta da OLP e excluir qualquer artigo que contradizia com os compromissos pós-Oslo da Organização. No ano de 1999, há a tentativa da declaração de independência de um Estado Palestino, conforme descrito nos Acordos de Oslo, entretanto, o presidente palestino Yasser Arafat tenta ganhar o apoio de 50 nações, porém a pressão dos Estados Unidos e de outros atores internacionais impede o ato.

As deficiências palestinas na era pós-Oslo também foram exploradas para minar a legitimidade da representação palestina. Em 1996, Israel e a Comunidade internacional começaram a fazer campanha contra deficiências da governança palestina, particularmente questões de corrupção e nepotismo combatidos pela sociedade civil palestina e funcionários eleitos. No entanto, essa campanha de diplomacia pública se transformou em uma ferramenta internacional que em 2002 representa o fracasso da Cúpula de Camp David II e a erupção da Segunda Intifada palestina. Naquele momento, os Estados Unidos adotaram a posição do governo israelense de que diálogo significativo entre palestinos e israelenses foi condicionada à reestruturação e mudança de líderes e instituições palestinas.

Os regimes árabes não deram atenção à OLP e, finalmente, os palestinos concordam a introduzir a Lei Fundamental de 2003 para permitir a introdução de primeiro-ministro e descentralizar o poder nas mãos do líder Yasser Arafat. No entanto, essa alteração causou maior conflito internamente e minou ainda mais a representação palestina a nível nacional e internacional.

Mesmo após a morte de Yasser Arafat, os EUA e Israel continuaram diretamente a minar a representação palestina.

Mahmoud Abbas, the architect of the Oslo Accord's and the PLO's champion of Israeli-Palestinian dialogue succeed Yasser Arafat as President. But despite the overwhelming expression of international support to Abbas when he was elected, the Bush Administration and Israel demanded of the Palestinian President measures he could not accept. This only served to further undermine his political program of a negotiated settlement (ALBRIGHT, 2006, p. 132).

Efetivamente, a Diplomacia Palestina apresentou o desvio de seu objetivo final impulsionado pelo processo, o que acarretou devido a circunstâncias internacionais a busca pelo processo de paz, e não o foco principal que é a Soberania Palestina. No ano de 2001, com o ataque de 11 de Setembro, a Palestina sofre agressão militar israelense e com a alienação norte-americana e do sistema internacional quanto ao fato.

Em 2001, a Arábia Saudita apresentou mais uma vez uma iniciativa de paz, que a Liga Árabe adota na Cúpula de Beirute, de 28 de Março de 2001. O Plano foi forte em sua simplicidade; oferecendo tratados de paz de Israel, reconhecimento e relações normais com o mundo árabe em troca de um fim à ocupação de todos os territórios árabes ocupados por Israel em 1967. Israel respondeu com uma escalada militar e efetivamente deu início ao cerco sobre o presidente palestino, que imediatamente apoiou o plano de paz árabe. Os palestinos perceberam que esse plano era uma ferramenta valorizada e utilizou como uma das referências de esforços de paz subsequentes. Durante uma Sessão Extraordinária da Organização Islâmica do Ministério das Relações Exteriores, em abril de 2002, a OIC aprovou a Iniciativa de Paz Árabe (OIC, 2002). Em 2005, a OIC aprovou o plano como pré-requisito para o retorno a relações com Israel, esse endosso foi uma vitória política para os palestinos.

O ativismo nacional evoluiu com o tempo, e foi muito bem representado pelo ativista Mahmoud Darwish⁴. A representação palestina seguiu as mudanças conforme o desenvolvimento internacional. Essa modificação envolve ativamente novos atores internacionais acerca da Questão Palestina, como se pode notar o engajamento da União Europeia e dos BRICS no processo de paz, o qual a ferramenta atual da Diplomacia Palestina é fazer uso dos fóruns multilaterais para poder balancear a forte relação bilateral entre os EUA-Israel.

5 CONCLUSÕES

A identidade nacional palestina é um fenômeno bastante complexo e sujeito a vários debates. A ideia de nação, dispersa entre os elementos árabes e religiosos (cristãos ou muçulmanos), necessitou de uma afirmação e reafirmação constantes para poderem vencer outras formas de identificação. Isso só foi conseguido através de um

⁴ Mahmoud Darwish (em árabe: درويش محمود, 13 março de 1941 - 9 de agosto de 2008). Foi um poeta palestino e autor que ganhou inúmeros prêmios por sua produção literária e foi considerado como o poeta nacional palestino. Em sua obra, a Palestina tornou-se um metáfora para a perda do Éden, nascimento e ressurreição, e a angústia de desapropriação e exílio.

árido trabalho levado a cabo pelo movimento nacionalista palestino, cujo principal agente foi a OLP, liderada pelo Fatah, de Yasser Arafat.

No entanto, a tarefa foi muito difícil. Além das mudanças de rumo exigidas pelas circunstâncias, os palestinos nunca estiveram totalmente unidos em sua luta. Mesmo no auge de popularidade e legitimidade da OLP, pequenos grupos continuavam agindo por conta própria. Quando Arafat decidiu seguir o rumo político, as ações destes grupos o colocavam em situações embaraçosas. Se condenasse os atos de violência, muitos dos quais discordava, Arafat seria acusado de negar o direito à “resistência”. Calar-se e consentir seria prejudicial à sua estratégia de conseguir apoio internacional para sua causa. Tal apoio era importante, já que depois de 1967, Arafat percebeu que somente pela guerra o Estado da Palestina nunca seria criado.

Arafat tentou se equilibrar entre esses dois pólos: a resistência armada e a via política. Muitas vezes teve sucesso, mas diversas vezes falhou. Além disso, a OLP, vivendo em um ambiente internacional onde os Estados são os entes de direito a tomar decisões, precisou, durante um longo tempo, se apoiar em governantes árabes. Após a decepção com a mudança de atitude do Egito, pouca opção havia. A Síria era adversária, tanto que na Guerra Civil do Líbano, lutou inicialmente contra os palestinos. Restava o Iraque de Saddam Hussein. Esse foi um erro estratégico que lhe custou caro, pois havia milhares de palestinos que viviam muito bem no Kuwait, e que após a Guerra do Golfo, a OLP perde o apoio dos Kuwaitianos e ocorre a fuga dos palestinos do território.

Outro desafio a perturbar o nacionalismo palestino: a fragmentação da liderança política. Em todo o período de 1968 até 1987, a liderança nacionalista da OLP parecia quase inabalável, ainda que grupos menores desafiassem sua autoridade. A OLP, formada por uma miríade de grupos, englobava a maioria das organizações políticas e armadas e o maior número de militantes. Contudo, em 1987, com a eclosão da Intifada, a revolta popular contra a ocupação israelense, se iniciaria um tempo de mudanças. Deflagrada por um movimento espontâneo, a Intifada inicialmente não possuía líderes. E quando estes surgiram, não eram as figuras mais conhecidas. Os condutores da revolta foram moradores e líderes locais da Faixa de Gaza e da Cisjordânia, enquanto toda a liderança da OLP estava dispersa pelos países do Oriente Médio e do Norte da África. Esse novo contingente de líderes abalou a condução do processo político palestino. Em 1988, pressionado pelas circunstâncias e ciente da necessidade de um compromisso político mais contundente, Arafat renunciou à luta armada e passou apenas a agir no campo político.

Por outro lado, dentre todos os grupos que surgiram em meio à Intifada, apenas um deles não se juntou à OLP: o Movimento de Resistência Islâmica, o Hamas. Originado da rede de assistência social *Al Mujamah*⁵, conduzida pelo Sheikh Ahmed Yassin, o Hamas se levantou em armas contra a ocupação israelense e contra o Fatah. O declínio da OLP passou a ser cada vez mais acentuado e o Hamas foi ganhando força. Em 2004, com a morte de Yasser Arafat, a OLP parecia órfã. E em 2006, o Hamas venceu as eleições legislativas para o Conselho Nacional Palestino. Pela primeira vez, em quase quatro décadas, o Fatah perdia a hegemonia no movimento político palestino.

Hoje, o movimento político palestino encontra-se polarizado entre esses dois grupos. Ambos se enfrentaram em 2007 e o Hamas tomou o poder na Faixa de Gaza (Israel desocupou este território em 2005). Assim, a faixa costeira se encontra sob o domínio do Hamas enquanto a Cisjordânia está sob controle do Fatah. Ambos os grupos

⁵ A caridade islâmica Mujama al-Islamiya foi fundada em Gaza pelo xeque Ahmed Yassin, em 1973, e passou a oferecer clínicas, bancos de sangue, creche, assistência médica, alimentação e clubes de jovens. O centro tem um papel importante para a prestação de assistência social para as pessoas, especialmente aqueles que vivem em campos de refugiados. Ele também estendeu ajuda financeira e bolsas de estudo para jovens que queriam estudar na Arábia Saudita e do Ocidente.

são filiados a ideários discordantes. O Fatah, de tendência secular nacionalista, e o Hamas, de tendência islamista. O termo tendência é utilizado porque seria inadequado enclausurar os ideários das duas correntes entre pensamentos unívocos e estratégias bem delineadas, bem como afirmar que os dois grupos contenham seguidores fieis, independentemente das circunstâncias. Quanto às práticas armadas, o Fatah oficialmente renunciou à luta armada, mas mantém laços não totalmente esclarecidos com organizações armadas – as Brigadas dos Mártires de al-Aqsa e a milícia Tanzim. Já o Hamas prega em sua carta a destruição de Israel, mas vem manifestando nos últimos anos um certo realismo, com uma inclinação a aceitar uma trégua de longo prazo se Israel se retirar para trás das fronteiras anteriores à Guerra dos Seis Dias. Dessa forma, qualquer simplificação maniqueísta seria um grande equívoco.

Assim, a diferença entre os ideários dos dois grupos coloca em questão outra dimensão da vida palestina: os fundamentos de sua identidade. Desde que a OLP conseguiu obter uma força considerável, não havia dúvidas quanto a quem seguir para contribuir para a causa palestina. Desde 2006, contudo, surgiu uma cisão entre os palestinos. Assim, ser um nacional palestino já não está em questão. Hoje, poucos são aqueles que ainda insistem em dizer que a identidade nacional palestina foi uma criação deliberada de líderes manipuladores. Contudo, os elementos a serem mobilizados para a reafirmação desta identidade estão em xeque. Anteriormente, se a ênfase recaía sobre o direito de um povo a ter sua autodeterminação, hoje há uma tendência a colocar o peso na visão de que, como muçulmanos, os palestinos têm direito ao controle do território sagrado de seus ancestrais. Nem todos os membros dos dois grupos enxergam a situação desta forma, mas uma polarização está certamente instalada. Esse é o desafio atual para a identidade palestina e da determinação de um Estado Soberano Palestino.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AL-SHUAIBI, Issa. *The Development of Palestinian Entity-Consciousness: Part 1*. Journal of Palestine Studies 9 (1):67-84, 1979.

AL-SHUQEIRI, A. *From Summit to Defeat, with Arab Kings and Presidents*. Beirut: Dar Ela'wda, 1971.

ALBRIGHT, M. *The Mighty and the Almighty: Reflections on America, God, and World Affairs*. Translated from English by Beirut: Arab Scientific Publishers, 2007.

AMOS, John W. *Palestinian Resistance: Organization of a National Movement*, New York, Pergamon, 1980.

CAPEL, Horácio. *La geografia despues de los atentados del 11 de Septiembre*. In: **Terra Livre**. São Paulo, ano 18, Vol I, n.18, p. 11-36.

COSTA, Wanderley. **Geografia Política e geopolítica**. Discursos sobre o território e o poder. 2º Ed., São Paulo: Edusp, 2008.

GRESH, A. *The PLO: The Struggle Within*. London: Zed Books Ltd, 1988.

LITVAK, M. *Islam and Democracy in the Arab World*, 1997.

MARTIN, André Roberto. **Fronteiras e nações**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 1994.

MILLER, Aaron D. ***The Arab States and the Palestine Question Between Ideology and Self-Interest***. Centre for Strategic and International Studies, Georgetown University, 1986.

MUSLIH, M. ***The origins of Palestinian nationalism***. New York: Columbia University Press, 1990.

ORGANISATION OF ISLAMIC CONFERENCE. *Extraordinary Session of the Islamic Conference Of Foreign Ministers on Terrorism, Kuala Lumpur Declaration On International Terrorism, 2002*. Disponível em: <http://www.oicoci.org/english/conf/fm/11_extraordinary/declaration.htm>. Acesso em: 21 jun. 2014.

SHEMESH, M. ***The Palestinian Entity, 1959-1974: Arab Politics and the PLO***, 1996.

SAID, Edward. ***Cultura e Política***. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

STOREY, David. ***Territory. The Claiming of space***. Essex: Pearson education Ltd., 2001.

TAMARI, S. ***The Middle East and Palestine: Global Politics and Regional Conflict***. Jerusalem: Institute of Jerusalem Studies, 1991.